



CADERNO DE ENCARGOS



ESTARREJA
MUNICÍPIO

Município de Estarreja
www.cm-estarreja.pt

Praça Francisco Barbosa
Telefone e Fax: 234 840 600

geral@cm-estarreja.pt
aprovisionamento@cm-estarreja.pt

junho de 2025

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Aquisição de Serviços – Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026] – CPub_S_006/2025

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Serviços - Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026] – CPub_S_006/2025

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	5
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	5
1.1. Identificação do procedimento	5
1.2. Objeto	5
1.3. Forma e documentos contratuais	5
1.4. Condições de adjudicação e de contratação	6
1.5. Gestor do Contrato	6
2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO ADJUDICATÁRIO	7
2.1. Obrigações principais	7
2.2. Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato	8
2.3. Disponibilização de meios	9
2.4. Verificação da qualidade do resultado da prestação de serviços e sua aceitação	9
2.5. Conformidade técnica e garantia	9
2.6. Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário	10
2.7. Responsabilidade	10
2.8. Patentes, licenças e marcas registadas	10
2.9. Termos de desempenho ambientais	10
3. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SIGILO	11
3.1. Tratamento de dados	11
3.2. Dever de sigilo	12
4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE	13
4.1. Obrigações da entidade adjudicante	13
4.2. Preço base e preço contratual	14
4.3. Faturação	16
4.4. Condições de Pagamento	16
4.5. Atrasos nos pagamentos	17
5. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	17
5.1. Penalidades contratuais	17
5.2. Casos fortuitos e de força maior	19

5.3.	Resolução por parte da entidade adjudicante.....	19
5.4.	Resolução por parte do adjudicatário	20
5.5.	Suspensão do contrato	20
6.	CAUÇÃO E SEGUROS	20
6.1.	Caução	20
6.2.	Seguros	20
7.	RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	21
7.1.	Resolução de litígios e foro competente	21
8.	DISPOSIÇÕES FINAIS	21
8.1.	Subcontratação e cessão de posição contratual	21
8.2.	Responsabilidade	22
8.4.	Dever de informação	23
8.5.	Comunicações e notificações	23
8.6.	Contagem de prazos na fase de formação de contratos.....	23
8.7.	Contagem dos prazos na fase de execução de contratos	24
8.8.	Direção e Fiscalização da Execução do Contrato.....	24
8.9.	Regime contraordenacional	24
8.10.	Legislação aplicável	25
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS		26
1.	ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	26
1.1	Objeto	26
1.2	Prazo de vigência e execução da prestação de serviços.....	26
1.3	Local da prestação de Serviços	27
2.	NÚMERO ESTIMADO DE ALUNOS	27
3.	OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO	28
4.	características da prestação de serviços	30
4.1	Duração.....	30
4.2	Caracterização da Rede Escolar	31
4.3	Constituição de turmas.....	32
4.4	Horários das atividades	32
4.5	Regime de funcionamento	32
4.6	Locais de funcionamento das atividades	33
4.7	Acidentes envolvendo alunos	33
5.	Especificações e Requisitos técnicos da prestação de serviços a contratar.....	33
5.1	Requisitos e especificações técnicas gerais.....	33
5.2	Supervisão pedagógica.....	34

5.3	Professores afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	34
5.3.1	Seleção e recrutamento	34
5.3.2	Perfil dos professores	34
5.3.3	Colocação de Professores	34
5.3.4	Assiduidade e substituição do professor	35
5.3.5	Participação em reuniões	35
5.4	Professores/ Monitores afetos à Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH).....	36
5.4.1	Seleção e Recrutamento	36
5.4.2	Assiduidade e substituição do professor	36
5.4.3	Participação em reuniões	36
5.5	Formação, avaliação e monitorização das atividades	37
5.6	Materiais Pedagógicos e Didáticos a fornecer pelo adjudicatário	37
5.7	Coordenação/Orientações Programáticas e Supervisão Pedagógica	41
5.8	Gestão operacional da plataforma	41

ANEXO A – Local da prestação de serviços

ANEXO B – Modelo de Declaração do cumprimento do disposto no Artigo 419.º-A do CCP

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Identificação do procedimento

1.1.1 Processo sob a referência: CPub_S_006/2025

1.1.2 Designação: *Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026]*

1.2. Objeto

1.2.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços de **Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026]** cujas características constam da Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos (doravante designado CE), nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

1.2.2 O desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), deverá ser executado em conformidade com as definições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.

1.2.3 A presente aquisição de bens, objeto do presente Procedimento, tem a referência de CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade), é a seguinte:

Vocabulário principal_80100000-5 – **Serviços de Ensino Primário**

1.3. Forma e documentos contratuais

1.3.1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

1.3.2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CE;
- c) O CE;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada dados pelo prestador de serviços.
- f) O gestor do contrato em nome das entidades adjudicantes, [conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, conjugado com o disposto no artigo 290.º-A, ambos do CCP];

- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

1.3.3 Em caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

1.3.4 Em caso de divergência entre os documentos referidos em 1.3.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo, quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

1.3.5 Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada nos termos do disposto no artigo 95.º do CCP, entende -se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

1.3.6 Além dos documentos indicados em 1.3.2., o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

1.4. Condições de adjudicação e de contratação

1.4.1 Nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, a Autarquia reserva-se ao direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, complementado pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 junho.

1.5. Gestor do Contrato

1.5.1 Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

1.5.2 A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.º-A do CCP.

1.5.3 A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

1.5.4 Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a requisição / nota de encomenda / pedido de a remeter ao Adjudicatário.

1.5.5 A entidade adjudicatária deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da celebração do contrato, deverá informar, por escrito, à entidade adjudicante, da pessoa e respetiva categoria que o representará.

2. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO ADJUDICATÁRIO

2.1. Obrigações principais

2.1.1 O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e recorrendo a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos necessários e adequados para a execução dos mesmos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2.1.2 Para além das previstas no CCP, constituem obrigações do adjudicatário, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nas peças do procedimento:

- Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81.º do CCP;
- Comunicar à entidade adjudicante o(s) facto(s) que torne(m) total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar, logo que deles tenha conhecimento;
- Prestar de forma correta fidedigna as informações referentes às condições da prestação de serviços e demais esclarecimentos que se justifiquem, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos futuros relacionados com condições que não se encontrem previstas no presente procedimento contratual;
- Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento e que, altere, designadamente a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato. A sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
- Disponibilizar à entidade adjudicante toda a informação relevante para a gestão do contrato a celebrar por via do presente procedimento, designadamente qualquer relatório especialmente previsto no presente CE;
- Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
- Não alterar as condições da prestação de serviços, fora dos casos previstos nas peças do procedimento;
- Cumprimento das disposições regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho, acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí advenham;
- É igualmente da sua responsabilidade assegurar os requisitos para a prevenção da higiene, saúde e segurança no trabalho;
- A responsabilidade por atos danosos praticados por negligência ou culpa do pessoal e/ou equipamentos ao seu serviço, ficando o adjudicatário obrigado à reposição da situação inicial, à reparação ou à indemnização pelos danos provocados, consoante o caso;

- Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Prestador de Serviços em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

2.1.3 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no CE ou cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem ainda para o adjudicatário as obrigações principais, inerentes ao desempenho das seguintes funções/especificações técnicas, constantes da **PARTE II – Cláusulas Técnicas**.

2.1.4 A entidade adjudicatária responde ainda perante a entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução das obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquela.

2.1.5 A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2.1.6 Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

2.1.7 Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

2.1.8 O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

2.2. Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

2.2.1 O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência definido no **ponto 1.2** da Parte II deste Caderno de Encargos, em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.

2.2.2 Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executam tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

2.2.3 Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executam tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

2.2.4 O adjudicatário, no ato de assinatura do contrato, deve entregar, um documento elaborado nos termos do **Anexo B**, ao presente Caderno de Encargos.

2.3. Disponibilização de meios

2.3.1 Constitui obrigação do prestador de serviços proceder à avaliação prévia dos termos, duração e complexidade da prestação de serviços a contratar e afetar os meios humanos e técnicos, em número e qualificação técnica adequada, por forma a dar pontual cumprimento às obrigações assumidas no contrato.

2.3.2 O prestador de serviços reforçará, sem direito a qualquer contrapartida, os meios humanos e/ou materiais afetos à prestação de serviços caso, no curso dos serviços, se torne evidente a impossibilidade de cumprimento tempestivo das obrigações assumidas com o plano de mobilização em curso.

2.4. Verificação da qualidade do resultado da prestação de serviços e sua aceitação

2.4.1 Executados os serviços e fornecimentos, objeto do presente CE, a entidade adjudicante, caso considere necessário, poderá, por si ou através de terceiro por ele designado, proceder à verificação qualitativa e quantitativa da conformidade das prestações, objeto do presente CE, designadamente, se as mesmas correspondem aos requisitos técnicos e operacionais, e, às características e especificações, definidas nas cláusulas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2.4.2 O prestador de serviços deverá facultar a este Município todos os meios necessários à verificação da qualidade e eficiência do resultado do serviço efetuado, obrigando-se a, dentro dos prazos que lhe forem marcados na respetiva notificação, substituir ou recondicionar todo o material e/ou refazer todo o trabalho que, com base nos pareceres técnicos, não forem considerados dentro das características requeridas.

2.4.3 Na verificação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar, à entidade adjudicante ou seu representante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos técnicos necessários, e **deve ser expressa na respetiva fatura a validação da conformidade da referida prestação de serviços**, devidamente assinada pelo representante da entidade adjudicante.

2.5. Conformidade técnica e garantia

A entidade adjudicatária fica sujeita, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

2.6. Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento do fornecimento, deve ser de imediato comunicada aos serviços competentes. A estes caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal do fornecimento.

2.7. Responsabilidade

2.7.1 O adjudicatário assume integral responsabilidade pelo fornecimento contratado, sendo o único responsável perante a entidade adjudicante, pela boa execução e cumprimento do mesmo.

2.7.2 O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões no fornecimento, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos, por escrito, pela entidade adjudicante.

2.7.3 Em qualquer altura e logo que solicitado pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixada, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

2.7.4 As ações de supervisão e controlo da entidade adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere ao fornecimento.

2.8. Patentes, licenças e marcas registadas

2.8.1 Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.

2.8.2 O Município de Estarreja não assume qualquer responsabilidade por infrações cometidas pelo prestador dos serviços, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

2.8.3 São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2.8.4 Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

2.9. Termos de desempenho ambientais

2.9.1 O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.

2.9.2 O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

3. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SIGILO

3.1. Tratamento de dados

3.1.1 O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, nos seguintes termos:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais

a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.

3.1.2 O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou adjudicatários, em violação das normas legais aplicáveis.

3.1.3 Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.

3.1.4 O tratamento de dados pessoais a realizar pelo adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, a entidade adjudicante.

3.1.5 Para os devidos efeitos, informa-se que os dados de identificação e contacto do Encarregado de Proteção de Dados da entidade adjudicante poderão ser consultados no sítio oficial do Município, através do endereço: [https://www.cm-estarreja.pt/encarregado de protecao de dados](https://www.cm-estarreja.pt/encarregado_de_protecao_de_dados).

3.2. Dever de sigilo

3.2.1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

3.2.2 O prestador deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança, devidos às pessoas coletivas.

3.2.3 O adjudicatário obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento por força do presente contrato, na estrita observância das instruções emitidas pelo ME e da legislação aplicável.

3.2.4 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3.2.5 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou

que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

3.2.6 Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do art.º 28.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

3.2.7 Cada Parte tomará as providências adequadas para evitar que o sigilo referido no ponto 3.1 do presente CE seja quebrado pelos seus empregados, consultores ou agentes que, por força das suas funções, devam ter conhecimento do Contrato e dos factos relacionados com a respetiva execução.

3.2.8 Cessa a obrigação de sigilo quando haja autorização escrita da outra Parte, quando a informação seja exigida por lei ou por competente autoridade pública e quando se destine a entidades que venham a financiar projetos ligados ao presente procedimento, comprometendo-se cada uma das Partes, neste último caso, a impor regras de confidencialidade a essas entidades financiadoras que assegurem, no mínimo, um grau de confidencialidade idêntico ao estipulado neste Contrato.

3.2.9 As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

4.1. Obrigações da entidade adjudicante

4.1.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicante, as seguintes obrigações principais:

- a) Monitorizar o desempenho no que respeita ao cumprimento das condições estipulados para a execução do contrato
- b) A gestão global e coordenação técnica na preparação e gestão do procedimento de contratação pública;
- c) Efetuar o controlo de qualidade dos serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características funcionais, de interface e de segurança, contratadas;
- d) Ceder toda a informação necessária à execução dos serviços objeto de contrato e em tempo útil;
- e) Comunicar ao adjudicatário, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos bens fornecidos, valores faturados e os respetivos fundamentos;
- f) Garantir ao adjudicatário os meios de acesso às suas instalações para a adequada prestação de serviços, de acordo com os procedimentos instituídos de circulação de pessoas e bens;

- g) Avaliar o desempenho da prestação através de indicadores quantitativos, qualitativos e impactos esperados, que traduzam o resultado global dos serviços prestados;
- h) Aplicação as devidas sanções contratuais em caso de incumprimento, quando aplicável.

4.2. Preço base e preço contratual

4.2.1 Para efeitos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi determinado com base numa Consulta Preliminar efetuada ao mercado [Consulta Preliminar nº 003/DEDS/2025, efetuada a coberto do n/ ofício ref.^a 2077 datado de 12 de março de 2025], de acordo com o artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos.

4.2.2 Deverá ser apresentada uma proposta de preço global para a prestação de serviços em causa, preenchendo para o efeito uma Lista de Preços Unitários, segundo modelo disponibilizado em ficheiro Excel, em anexo ao **Programa do Procedimento**.

4.2.3 O preço base do presente procedimento, de acordo com as condições previstas no Caderno de Encargos, e para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar, pelas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), no 1.º Ciclo do Ensino Básico, até um limite máximo de **225.438,40€** (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e oito euros e quarenta centavos), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo este o **preço máximo** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, para um universo previsional de **1228 alunos/por ano letivo, que será repartido da seguinte forma:**

- a) O preço base unitário é de **18,15€** (dezoito euros e quinze centavos), **por aluno/mês** para as **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**, o que corresponde a um total de **181,50€** (cento e oitenta e um euros e cinquenta centavos), **por aluno/ano letivo**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo este ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo desenvolvimento destas atividades pelo período contratado;
- b) O preço base unitário é de **20,90€** (vinte euros e noventa centavos), **por aluno/mês** para a **Componente de Apoio à Família – Acolhimento (CAF-A)**, o que corresponde a um total de **209,00€** (duzentos e nove euros), **por aluno/ano letivo**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido correspondendo este ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo desenvolvimento destas atividades pelo período contratado;
- c) O preço unitário é de **16,17€** (dezasseis euros e dezassete centavos), **por aluno/mês** para a **Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH)**, o que corresponde a um total de **161,70€** (cento e sessenta e um euros e setenta centavos), **por aluno/ano letivo**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo este ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo desenvolvimento destas atividades pelo período contratado.

4.2.4 Os valores de referência por aluno para o desenvolvimento das atividades a contratar são os seguintes:

Designação	N.º Alunos	Preço Aluno (s/IVA)
AEC	564	181,50€
CAF-A (Acolhimento)	332	209,00€
CAF-PH (Prolongamento de Horário)	332	161,70€

4.2.5 O número de alunos é meramente indicativo, dependendo do número efetivo de inscrições realizadas e consequentemente validadas, pela Divisão de Educação e Desenvolvimento Social.

4.2.6 O adjudicatário deverá apresentar uma proposta de preço global para os serviços a prestar, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = (PA_{AEC} \times NAI_{AEC}) + (PA_{CAF-A} \times NAI_{CAF-A}) + (PA_{CAF-PH} \times NAI_{CAF-PH})$$

Em que:

- **PT** – Preço Total da Proposta;
- **PA_{AEC}** – Preço Unitário por Aluno para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular;
- **PA_{CAF-A}** – Preço Unitário por Aluno para o desenvolvimento Componente de Apoio à Família - Acolhimento;
- **PA_{CAF-PH}** – Preço Unitário por Aluno para o desenvolvimento Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário;
- **NAI_{AEC}** – Corresponde ao número total de alunos inscritos, estimando-se por ano letivo um total máximo previsível de 564 alunos, para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular;
- **NAI_{CAF-A}** – Corresponde ao número total de alunos inscritos, estimando-se por ano letivo um total máximo previsível de 332 alunos, para o desenvolvimento da Componente de Apoio à Família - Acolhimento.
- **NAI_{CAF-PH}** – Corresponde ao número total de alunos inscritos, estimando-se por ano letivo um total máximo previsível de 332 alunos, para o desenvolvimento da Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário.

4.2.7 Pela prestação de serviços técnicos especializados de docência, objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente CE, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **os preços unitários constantes da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido

4.2.8 O valor efetivamente a ser pago ao adjudicatário terá por base o número mensal de alunos inscritos e a frequentar, de forma efetiva, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), na Componente de Apoio à Família – Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), mediante o preenchimento de candidatura de inscrição, na plataforma SIGA, e consequente validação da mesma, por parte da Divisão de Educação e Desenvolvimento Social.

4.2.9 O adjudicatário fica obrigado a garantir e manter as suas condições propostas, nomeadamente, os preços, prazos de execução, condições de pagamento e demais condições apresentadas para a aquisição de bens, objeto do concurso, até final do contrato.

4.2.10 O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, *[incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças]*.

4.2.11 Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias são igualmente da conta do adjudicatário.

4.2.12 De acordo com o artigo 300.º do CCP não há lugar à revisão de preços, mantendo-se inalterável o preço contratual durante a vigência do contrato

4.3. Faturação

4.3.1 As faturas a apresentar pelo adjudicatário à entidade adjudicante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, devendo incluir os elementos referidos no artigo 36.º do Código do IVA, e emitidas em nome do Município do Estarreja NIF: 501 190 082.

4.3.2 As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Estarreja NIF: 501 190 082, sito na Praça Francisco Barbosa, 3864-001 ESTARREJA – Divisão Económica e Financeira/Subunidade de Aprovisionamento e Contratação Pública**, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o número do compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LCPA) e o inerente diferimento do seu pagamento.

4.3.3 As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subseqüentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:

A partir de 01-01-2025 (*)	Faturação eletrónica	Através solução EDI, via plataforma ilink (www.ilink.pt)
(*) A partir desta data deixam de ser aceites faturas em formato PDF		

4.3.4 A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a ACIN-iCloud Solutions, Lda., à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, podendo o prestador esclarecer as suas dúvidas através do email apoio@ilink.pt e/ou pelo telefone 707 451 451, opção 5.

4.3.5 A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela entidade adjudicante não será objeto de cobrança adicional.

4.4. Condições de Pagamento

4.4.1 As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do disposto nos pontos anteriores, devem ser pagas no prazo de **60** (sessenta) **dias**, após a receção pela entidade

adjudicante das respetivas faturas e conferência, por parte do respetivo Serviço Requisitante, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4.4.2 As faturas a apresentar pelo adjudicatário à entidade adjudicante devem conter todos os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada por área de atividades identificada no ponto 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4 da Parte II – Condições Técnicas do presente Caderno de Encargos.

4.4.3 Para os efeitos do disposto no número anterior, a obrigação considerar-se-á vencida com o cumprimento das obrigações estipuladas no presente CE e, de acordo com a Requisição Externa Contabilística (doravante designada por REC), enviados por via eletrónica.

4.4.4 As faturas regularmente emitidas e aceites serão pagas através de transferência bancária, devendo o fornecedor enviar junto com a fatura o NIB/IBAN respetivo.

4.4.5 Caso se verifiquem erros, as mesmas serão rejeitadas e devolvidas ao adjudicatário para respetiva correção e nova emissão, iniciando-se novamente o prazo de pagamento referido no número anterior.

4.4.6 Caso se verifique ocorrência de incorreções ou omissões de dados nas faturas emitidas aos acertos de faturação, são aplicáveis os seguintes procedimentos:

- a) Se o valor apurado for a favor da entidade adjudicante, o acerto de faturação deve ser efetuado por compensação de crédito na própria fatura que tem por objeto o acerto;
- b) Se o valor apurado for a favor do adjudicatário, o adjudicatário enviará à entidade adjudicante uma nota de débito/fatura separada referente apenas ao objeto do acerto de faturação.

4.4.7 Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

4.4.8 Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

4.5. Atrasos nos pagamentos

4.5.1 Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas na cláusula anterior não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

4.5.2 O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

5. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

5.1. Penalidades contratuais

5.1.1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente Caderno de Encargos e Contrato, confere ao Município de Estarreja o direito de ser indemnizado através da aplicação de sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, a aplicar individualmente para cada área de atividade:



- a) Incumprimento dos prazos fixados na Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos - €100,00 (cem euros) por cada ocorrência registada;
- b) Incumprimento das obrigações principais fixadas no ponto 3.1 da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos - €100,00 (cem euros) por cada incumprimento registado;
- c) Violação das condições de exercício de funções dos professores AEC/ monitores CAF conforme previsto nos pontos 5.3 e 5.4 da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos - €500,00 (quinhentos euros) por cada ocorrência considerada;
- d) Falta do professor a um período diário de atividade por turma - €100,00 (cem euros) por cada ocorrência registada.

5.1.2 O valor da sanção pecuniária a aplicar, é creditada a favor do Município de Estarreja ou deduzida ao preço a pagar pelo serviço.

5.1.3 A ocorrência da respetiva penalidade será comunicada ao adjudicatário, por escrito, sendo que o valor da penalidade será descontado na fatura do mês em que se verifique o incumprimento, ou por impossibilidade, no mês seguinte à da sua ocorrência.

5.1.4 Consideram-se incumprimentos por parte do adjudicatário os seguintes:

- a) Incumprimento reiterado e injustificado dos horários das atividades;
- b) Não realização de qualquer atividade por motivos alheios à entidade adjudicante;
- c) Substituição de qualquer professor sem aviso prévio da entidade adjudicante,

5.1.5 Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5.1.6 Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária no valor máximo de 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.

5.1.7 Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do ponto 5.1.1., relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

5.1.8 A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente ponto.

5.1.9 As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

5.1.10 A aplicação das penas pecuniárias é precedida de audiência escrita, à entidade adjudicatária, para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

5.1.11 Não serão aplicadas penalidades em caso de verificação de um evento que possa ser considerado de força maior de acordo com o previsto no ponto seguinte.

5.2. Casos fortuitos e de força maior

5.2.1 Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

5.2.2 Para efeitos de interrupção, consideram-se casos fortuitos ou de força maior aqueles que reúnam as condições de exterioridade, imprevisibilidade e irresistibilidade face às boas práticas ou regras técnicas aplicáveis.

5.2.3 Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

5.2.4 Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5.2.5 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que atrasos ou prejuízos na execução do contrato ou agravamento no seu custo impliquem atrasos deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

5.2.6 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5.3. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

5.4. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previsto no artigo 332.º do CCP.

5.5. Suspensão do contrato

5.5.1 Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Município de Estarreja pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.

5.5.2 No caso de a suspensão não exceder os 90 (noventa) dias, a entidade adjudicatária não tem direito a qualquer indemnização por tal facto, mas só obrigada a retomar os trabalhos quando, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, a entidade adjudicante lhe comunique que deverá ser retomada a execução, e os novos termos que a mesma implique, de modo claro e preciso.

5.5.3 A suspensão, total ou parcial, da execução das prestações objeto do contrato determina a prorrogação do prazo de execução das mesmas por período igual ao prazo inicialmente fixado no contrato para a sua execução, acrescido do prazo estritamente necessário à organização de meios e execução de trabalhos preparatórios ou acessórios com vista ao recomeço da execução

5.5.4 No caso de a suspensão se prolongar por mais de 90 (noventa) dias, tem a entidade adjudicatária o direito de resolver o contrato, fazem suas as verbas que já tenham faturado e mesmo que ainda as não tenha recebido da entidade adjudicante, a qual tem a obrigação de proceder a esses pagamentos em falta.

5.5.5 À suspensão e recomeço da execução do contrato aplica-se o previsto no artigo 298.º do CCP.

6. CAUÇÃO E SEGUROS

6.1. Caução

Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Estarreja, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88.º do CCP.

6.2. Seguros

6.2.1 O adjudicatário obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:

- a) Acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal empregue na execução do contrato, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subcontratados, caso existam, possui seguro obrigatório de relatório de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal;
- b) Responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à execução do contrato, que circulem na via pública ou no local dos trabalhos, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos aos trabalhos pelos subcontratados se encontram

segurados;

- c) Responsabilidade civil para todas as componentes objeto do contrato, extensível aos agentes a que o adjudicatário recorra na execução do contrato, incluindo subcontratados, durante todo o período de vigência do contrato, que garanta a responsabilidade civil em que incorrer o adjudicatário por danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em consequência da sua atividade. Nas condições particulares da apólice deverá constar que o Município de Estarreja será sempre considerado terceiro, independentemente da sua relação jurídica com o Tomador do Seguro.

6.2.2 Os contratos de seguro referidos no número anterior também devem garantir a cobertura de danos a bens confiados (danos causados a bens da propriedade do Município de Estarreja e da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, existentes nos locais onde decorrem os trabalhos) e possuir ainda a garantia de pós-trabalhos.

6.2.3 O adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio antes do início dos trabalhos e em qualquer momento, quando exigido pela entidade adjudicante.

6.2.4 O adjudicatário é o único responsável pelas indemnizações respeitantes a prejuízos cobertos pelos seguros referidos nos números anteriores.

6.2.5 Os seguros referidos nos números anteriores em nada diminuem ou restringem as obrigações contratuais do adjudicatário perante a entidade adjudicante.

6.2.6 A existência dos seguros indicados nos números anteriores, bem como de outros obrigatórios por lei, não exime o adjudicatário da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos por estes, referentes a sinistros por que seja responsável.

7. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

7.1. Resolução de litígios e foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal competente em razão da matéria e do território.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Subcontratação e cessão de posição contratual

8.1.1 É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

8.1.2 A subcontratação por parte do adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.

8.1.3 Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos

comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

8.1.4 A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

8.1.5 A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

8.1.6 Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.

8.1.7 O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

8.1.8 A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

8.2. Responsabilidade

8.2.1 A entidade adjudicatária responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Estarreja, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da aquisição/fornecimento dos bens, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto no ponto 6.2 do presente CE.

8.2.2 Se o Município de Estarreja tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse fato e seja a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

8.2.3 O Município de Estarreja não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções. As ações de supervisão e controlo da entidade adjudicante em nada alteram ou O contrato pode ser modificado nos termos dos artigos 311.º, 312.º e 313.º do Código dos Contratos Públicos.

8.3. Modificação do contrato

8.3.1 O contrato pode ser modificado nos termos dos artigos 311.º, 312.º e 313.º do Código dos Contratos Públicos.

8.3.2 Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

8.3.3 A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

8.3.4 O contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
- c) Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do artigo 312.º do CCP.

8.3.5 Qualquer alteração ao contrato será objeto de acordo prévio das partes e apenas será válida após a aprovação expressa do órgão competente para a decisão de contratar.

8.3.6 Toda e qualquer alteração ao contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes, o qual produz efeitos a partir da data que nele se fixar, mas nunca em data anterior à da sua assinatura.

8.3.7 Para efeitos do disposto no número anterior, toda e qualquer alteração ao contrato é, sempre, objeto de adenda escrita ao mesmo, a qual será, para todos os efeitos, considerada parte integrante do mesmo, prevalecendo sobre aquele naquilo em que vier a alterar o mesmo.

8.4. Dever de informação

8.4.1 Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.

8.4.2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

8.5. Comunicações e notificações

8.5.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações, entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.

8.5.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

8.6. Contagem de prazos na fase de formação de contratos

8.6.1 Os prazos referidos no presente CE, relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código de Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.

8.6.2 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



8.7. Contagem dos prazos na fase de execução de contratos

8.7.1 À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
- e) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.

8.7.2 O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

8.8. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

8.8.1 Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.

8.8.2 Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:

- a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos;
- b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

8.8.3 O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as clausulas da Parte II do presente Caderno de Encargos.

8.9. Regime contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas no ponto 5.1. do presente CE, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves as previstas no artigo 457.º e contraordenações simples as previstas no artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

8.10. Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente CE e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos – aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- b) Código do Procedimento Administrativo;
- c) E demais legislação portuguesa aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

[A] - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS

1. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

1.1 Objeto

1.1.1 O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de **Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026]**, de acordo com as definições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.

1.1.2 As **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)** da presente prestação de serviços contemplam a programação, desenvolvimento e dinamização de atividades, para o ano letivo 2025/2026, nas seguintes áreas:

ÁREA 1: Expressão Artística

ÁREA 2: Yoga

ÁREA 3: Ensino do Xadrez

ÁREA 4: Ensino da Música

ÁREA 5: Atividade Física e Desportiva

1.1.3 A **Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A)** da presente prestação de serviços contempla a programação, desenvolvimento e dinamização de atividades para o ano letivo 2025/2026.

1.1.4 A **Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH)** da presente prestação de serviços contempla a programação, desenvolvimento e dinamização de atividades para o ano letivo 2025/2026.

1.1.5 Sem prejuízo das áreas de atividade definidas, o Município de Estarreja pode, nos casos em que se justifique, proceder à alteração das mesmas, não afetando com isso, a carga horária atribuída a cada área de atividade.

1.2 Prazo de vigência e execução da prestação de serviços

1.2.1 A prestação de serviços, objeto do presente procedimento, terá início após adjudicação e assinatura do contrato, o qual se prevê que ocorra no **primeiro dia de aulas do ano letivo de 2025/2026**.

1.2.2 O contrato mantém-se em vigor durante o ano letivo **2025/2026** e estende-se por aproximadamente **10 (dez) meses**, distribuídos pelo calendário letivo definido pelo Ministério da Educação, podendo eventualmente ser reajustado em função do desenrolar do presente concurso ou da outorga do respetivo contrato.

1.2.3 **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração**, e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos

públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

1.2.4 O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições previstos nesta Parte II, bem como do programa de trabalhos apresentado em proposta adjudicada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

1.2.5 A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.

1.2.6 Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no ponto 1.2.2 e caso não tenha sido atingido o montante do preço contratual que vier a ser fixado, o contrato extingue-se sem que assista prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor dos serviços não fornecidos/prestados.

1.3 Local da prestação de Serviços

A prestação de serviços será realizada nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja, constante desta Parte II - Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos – **Anexo A** ou, sempre que as atividades o justifiquem, em locais alternativos previamente selecionados pela Câmara Municipal de Estarreja.

2. NÚMERO ESTIMADO DE ALUNOS

2.1. O número máximo previsto de alunos a frequentar as atividades, alvo do presente procedimento, para os estabelecimentos de ensino mencionados no **Anexo A** é de:

- N.º de inscrições de alunos estimados para AEC: 564 alunos;
- N.º de inscrições de alunos estimados para a CAF - Acolhimento: 332 alunos;
- N.º de inscrições de alunos estimados para a CAF – Prolongamento de Horário: 332 alunos;

2.2. A entidade adjudicante, não assume qualquer compromisso em assegurar que o número de inscrições corresponda aos valores indicados, cujos totais devem ser considerados como meros indicadores de previsão.

2.3. O n.º de inscrições previstas, no ponto anterior, tem caráter provisório e é meramente indicativo, encontrando-se as inscrições sujeitas a eventuais alterações decorrentes do ordenamento da rede escolar ou outros contextos que lhe sejam adstritos.

2.4. Os preços unitários propostos pelos concorrentes consideram-se globais por aluno efetivamente inscrito.

2.5. O valor efetivamente a ser pago ao adjudicatário terá por base o número mensal de alunos, inscritos e a frequentar, de forma efetiva, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e na Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), mediante o preenchimento de candidatura de inscrição, na

plataforma SIGA, e consequente validação da mesma, por parte da Divisão de Educação e Desenvolvimento Social.

3. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

3.1. Sem prejuízo de outros requisitos e especificações técnicas a definir pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a cumprir os seguintes requisitos e níveis de serviço:

- a) Dinamizar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, da Rede Pública do Concelho de Estarreja, em conformidade com as definições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor;
- b) Dinamizar a Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e a Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, da Rede Pública do Concelho de Estarreja, em conformidade com as definições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor;
- c) Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias, através da ocupação educativa dos alunos, durante o prazo de vigência do contrato, nos termos regulamentares;
- d) Organizar a cooperação e coordenação técnica entre as partes na implementação e desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do ensino básico, da Rede Pública do Concelho de Estarreja, bem como a promoção das medidas necessárias à realização das mesmas;
- e) Desenvolver e elaborar planificações anuais, para cada área de atividade, de acordo com orientações das autoridades de saúde, em vigor, e tendo por base as seguintes modalidades: Regime Presencial, Regime Misto, Regime não Presencial, Trabalho Autónomo e Sessão Assíncrona;
- f) Desenvolver e elaborar guiões de aula, para cada área de atividade, com vista ao desenvolvimento do objeto do contrato, sempre que, por motivos de força maior, não seja possível proceder à substituição dos professores por outros com o mesmo perfil;
- g) Garantir o integral cumprimento das planificações e guiões de aula, aprovados pela entidade adjudicante, bem como o desenvolvimento das atividades de acordo com eventuais orientações emanadas pelas autoridades de saúde;
- h) Garantir a existência de material e produtos de limpeza para os procedimentos de desinfeção e higienização dos equipamentos/recursos materiais afetos a cada atividade (p. ex.: tabuleiros de xadrez, instrumentos musicais, bolas, etc.), bem como assegurar a efetiva desinfeção e higienização dos mesmos;
- i) Disponibilizar todos os conteúdos e recursos didáticos necessários ao desenvolvimento do objeto do contrato, nomeadamente os cadernos de atividades que contemplem a programação e desenvolvimento de cada uma das áreas de atividade;

- j) Suportar os encargos com os materiais pedagógicos, didáticos e de apoio necessários ao exercício da sua atividade;
- k) Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), obrigação de assegurar e identificar, na proposta apresentada, um coordenador local geral e um coordenador por atividade para fazer a gestão da(s) atividade(s);
- l) Relativamente à Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), obrigação de assegurar e identificar, na proposta apresentada, um coordenador local por escola para prestar apoio na gestão da(s) atividade(s);
- m) Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), obrigação de apresentar, aos Coordenadores de Estabelecimento e Encarregados de Educação, os professores afetos a cada turma/área de atividade;
- n) Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), obrigação de apresentar, aos Coordenadores de Estabelecimento e Encarregados de Educação, as planificações previstas para cada área de atividade;
- o) Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), obrigação de remeter, **até ao dia oito do mês seguinte da leção**, os mapas de assiduidade **dos alunos que se encontrem inscritos nas atividades** (referentes ao mês anterior), com indicação de faltas justificadas e injustificadas;
- p) Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), assegurar que os professores procedam à avaliação individual dos alunos no final de cada período letivo;
- q) Afetar todos os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento e execução das Atividades de Enriquecimento Curricular, Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), que não dependam das escolas e da entidade adjudicante;
- r) Assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) por profissionais que detenham as habilitações exigidas por lei, nas escolas consideradas nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, bem como a Componente de Apoio à Família Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH);
- s) Proceder ao recrutamento de professores, de acordo com o perfil pela Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto de 2015;
- t) Obrigatoriedade do pagamento mensal aos professores pelos serviços prestados no mês anterior, até ao 8.º dia útil do mês seguinte;
- u) Assegurar todos os necessários meios tendo em vista a execução de um plano de formação contínua e acompanhamento ao longo do prazo de vigência do contrato, devendo para o efeito, apresentar documento de planeamento;

- v) Assegurar a substituição dos professores que careçam de faltar, por outros com igual perfil, de forma que todas as aulas previstas sejam efetivamente lecionadas;
- w) Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), obrigação de remeter, **até ao dia oito de cada mês**, os mapas de assiduidade **dos professores** (referentes ao mês anterior), com indicação de faltas justificadas e/ou injustificadas;
- x) Proceder à gestão das atividades através de uma **Plataforma online** de Gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH);
- y) Entregar à entidade contratante e aos agrupamentos um relatório conclusivo de todas as atividades realizadas em cada período letivo nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), **num prazo de 15 dias úteis a contar a partir do último dia de aulas do respetivo período**;
- z) Lavrar ata de cada reunião realizada no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), e proceder à entrega da mesma à entidade contratante, no prazo **de 7 dias úteis**;
- aa) Zelar pelo cumprimento dos Contratos que venham a ser celebrados com terceiros, nomeadamente Contratos a celebrar com professores ou outros;
- bb) Garantir a correta utilização e conservação de todo o equipamento que para o efeito lhe seja cedido pela autarquia, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, sendo também da sua responsabilidade os custos inerentes à utilização negligente de todo o equipamento posto à sua disposição, incluindo os danos terceiros;
- cc) Garantir a segurança e o respeito pela integridade física e moral das crianças durante as atividades, por parte dos professores afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH);
- dd) Assegurar a vigilância no horário de recreio na passagem de serviço entre as Atividades de Enriquecimento Curricular e a Componente de Apoio à Família Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH).

4. CARACTERÍSTICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 Duração

A prestação do serviço em causa será diária, durante o tempo letivo, com exclusão de sábados, domingos, feriados e de outras interrupções das atividades letivas, previstas no calendário escolar fixado anualmente pelo Ministério da Educação e/ou plano de atividades dos Agrupamentos.



Iniciando-se no primeiro dia de aulas do ano letivo de 2025/2026, manter-se-á em vigor pelo prazo de **um ano letivo**, segundo calendário escolar fixado anualmente pelo Ministério de Educação.

4.2 Caracterização da Rede Escolar

4.2.1 A rede pública de estabelecimentos de educação do 1.º Ciclo do Ensino Básico no Município de Estarreja integra seis escolas, pertencentes a dois Agrupamentos de Escolas (Estarreja e Pardilhó).

4.2.2 Para o ano letivo 2025/2026, prevê-se um total **de 1228 alunos inscritos** na componente letiva, distribuídos (previsivelmente) da seguinte forma:

Escola	Ano	Total Alunos
Escola Básica Padre Donaciano de Abreu Freire	1º	91
	2º	76
	3º	92
	4º	79
	Total	338

Escola	Ano	Total Alunos
Escola Básica Visconde Salreu	1º	64
	2º	70
	3º	76
	4º	76
	Total	286

Escola	Ano	Total Alunos
Escola Básica de Cabeças	1º	11
	2º	15
	3º	17
	4º	14
	Total	57

Escola	Ano	Total Alunos
Escola Básica do Pinheiro	1º	14
	2º	13
	3º	17
	4º	15
	Total	59

Escola	Ano	Total Alunos
Escola Básica Professor Doutor Egas Moniz	1º	66
	2º	76
	3º	70
	4º	69
	Total	281

Escola	Ano	Total Alunos
Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Pardilhó	1º	50
	2º	42
	3º	54
	4º	61
Total		207

4.3 Constituição de turmas

As turmas para as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH) serão constituídas, de acordo com as definições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor, sem prejuízo das orientações da emanadas pela Direção Geral da Educação, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e Autoridades de Saúde.

4.4 Horários das atividades

Os horários das atividades serão, previsivelmente, distribuídos da seguinte forma:

		Atividades de Enriquecimento Curricular	Componente de Apoio à Família (Acolhimento CAF-A)	Componente de Apoio à Família (Prolongamento de Horário CAF-PH)
AE Estarreja	EB Padre Donaciano Abreu Freire	15h30m – 16h30m	7h30m – 9h00m	16h45m – 17h45m
	EB Visconde de Salreu			
	EB Prof. Dr. Egas Moniz			
	EB Pinheiro	15h30m – 16h30m	8h00m – 9h00m	16h45m – 17h45m
	EB Cabeças			
AE Pardilhó	EBJI Pardilhó	15h30m – 16h30m	7h30m – 9h00m	16h45m – 17h45m

Nota: Das 15h00 às 15h30 o intervalo é assegurado pelas escolas. Das 16h30 às 16h45 o intervalo é assegurado pelo docente da CAF.

4.5 Regime de funcionamento

Os estabelecimentos de ensino funcionam, previsivelmente, em regime normal, pelo que, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) decorrerão logo após 30 minutos de intervalo das atividades letivas.

4.6 Locais de funcionamento das atividades

4.6.1 As atividades decorrerão nos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do Ensino Básico ou, sempre que se justifique, em locais alternativos previamente selecionados pela Câmara Municipal da Estarreja.

4.6.2 A implementação do(s) serviço(s) em cada estabelecimento de ensino, depende da inscrição do número mínimo de 10 crianças.

4.7 Acidentes envolvendo alunos

4.7.1 Os acidentes ocorridos no local e durante as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio – Prolongamento de Horário (CAF-PH) bem como em trajeto para e de regresso destas, ainda que realizada fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertas pelo seguro escolar, nos termos legais.

4.7.2 O professor deverá comunicar de imediato os acidentes ocorridos, nas condições descritas no número anterior, ao coordenador ou ao professor titular de turma do respetivo estabelecimento de ensino ou, ainda, à Direção do Agrupamento de Escolas.

[B] - CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS

5. ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A CONTRATAR

5.1 Requisitos e especificações técnicas gerais

5.1.1 Para o prazo contratual definido, os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico deverão beneficiar de:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ESTARREJA e AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PARDILHÓ

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	Mancha Horária (horas)
Expressão Dramática	1h (1º e 2º ano)
Yoga	1h (1º, 2º, 3º e 4º ano)
Ensino da Música	1h (1º, 2º, 3º e 4º ano)
Atividade Física e Desportiva	2h (1º, 2º, 3º e 4º ano)
Ensino do Xadrez	1h (3º e 4º ano)

Componente de Apoio à Família (CAF)	Mancha Horária (horas)
Acolhimento (CAF-A)	1h30*
Prolongamento de Horário (CAF-PH)	1h00

* Com exceção dos estabelecimentos de ensino: EB Pinheiro e EB Cabeças (que apresentam uma mancha horária de 1 hora).

5.2 Supervisão pedagógica

5.2.1 A supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (Acolhimento e Prolongamento de Horário) é competência dos Agrupamentos de Escolas, em termos a definir nos respetivos regulamentos internos.

5.2.2 O adjudicatário fica obrigado a entregar, quer ao Município de Estarreja quer aos Agrupamentos de Escolas, uma planificação anual das atividades de carácter modular e com articulação entre as diversas áreas.

5.3 Professores afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

5.3.1 Seleção e recrutamento

5.3.1.1 A seleção e recrutamento dos professores que irão desenvolver as atividades, em conformidade com as indicações emanadas na Portaria n.º 644-A/2015 (2ª Série) do Ministro da Educação e Ciência, publicado em Diário da República n.º 164 – II Série, de 24 de agosto de 2015 e de acordo com os perfis definidos conjuntamente pelo Município de Estarreja, Agrupamentos e Adjudicatário, deverá ser realizada através da apreciação de *Curriculum Vitae*, sendo obrigatória entrevista eliminatória com júri cuja composição incluirá representante da Autarquia, de cada Agrupamento e do Adjudicatário.

5.3.1.2 O número de professores a afetar à prestação de serviços deverá obedecer a pressupostos de otimização que contemplem a distribuição dos tempos de lecionação e a proximidade entre estabelecimentos de ensino de modo a evitar tempos de espera dos alunos.

5.3.2 Perfil dos professores

Os professores que irão desenvolver as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) devem possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo ou currículo relevante, conforme o artigo 17º da Portaria n.º 644-A/2015 (2ª Série) do Ministro da Educação e Ciência, publicado em Diário da República n.º 164 – II Série, de 24 de agosto de 2015.

5.3.3 Colocação de Professores

5.3.3.1 A contratação, a formação e o pagamento aos professores para o desenvolvimento destas atividades é da responsabilidade do adjudicatário.

5.3.3.2 Com uma antecedência mínima de 5 dias em relação à data de início das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), o adjudicatário deverá entregar ao Município de Estarreja e aos Agrupamentos de Escolas, em suporte digital, a lista de afetação dos professores, bem como todos os elementos biográficos a eles relativos, que incluam:

- a) *Curriculum Vitae*, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional e quaisquer outros elementos relevantes;
- b) Documentos comprovativos das habilitações académicas e da experiência de trabalho dos professores com crianças e jovens;
- c) Registo Criminal.

5.3.3.3 Sempre que se verifiquem alterações aos registos biográficos dos professores, o adjudicatário deverá comunicá-las imediatamente ao Município de Estarreja e aos Agrupamentos de Escolas.

5.3.3.4 O adjudicatário fica obrigado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a proceder, em articulação com o Município de Estarreja e os Agrupamentos de Escolas, à substituição dos professores, sempre que, de modo comprovado, se verifique a sua inadaptação ou incapacidade para desenvolver a sua atividade de forma adequada, quer sob o ponto de vista pedagógico quer no âmbito da relação pedagógica ou do sistema de inter-relações.

5.3.4 **Assiduidade e substituição do professor**

5.3.4.1 Em caso de falta ou impedimento pontual do professor, o adjudicatário deverá assegurar a substituição, por um professor da mesma área de atividade, de modo a garantir o normal funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e das atividades dos alunos nos horários estabelecidos.

5.3.4.2 O adjudicatário fica obrigado, a comunicar por escrito ao Município de Estarreja e Agrupamentos de Escolas, a realização de qualquer substituição, dando nota do nome e área referente aos professores (substituído e substituto), bem como os dias concretos a que a substituição diz respeito.

5.3.4.3 O adjudicatário fica obrigado, a remeter para a Divisão de Educação e Desenvolvimento Social, até ao dia 8 (oito) do mês seguinte ao mês da lecionação, um mapa mensal de assiduidade relativo a cada professor AEC.

5.3.4.4 Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do professor, o adjudicatário deverá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.

5.3.4.5 Na situação referida no ponto anterior, o adjudicatário fica obrigado a informar de imediato e por escrito, o Município de Estarreja e a Direção dos respetivos Agrupamentos de Escolas, bem como a proceder á entrega do respetivo *Currículo Vitae* e Certificado de Habilitações do Professor.

5.3.5 **Participação em reuniões**

5.3.5.1 Os docentes afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) deverão estar presentes em reuniões de departamento curricular e nas reuniões de avaliação e outras convocadas pela Direção dos Agrupamentos, assim como assegurar a articulação com o professor titular de turma.

5.3.5.2 Os docentes afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) deverão estar presentes em todas as escolas no início do ano letivo, apresentando-se aos Encarregados de Educação, dando a conhecer o plano de atividades e informando sobre os procedimentos internos para frequência nas atividades.

5.4 Professores/ Monitores afetos à Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH)

5.4.1 Seleção e Recrutamento

5.4.1.1 A seleção e recrutamento dos professores que irão desenvolver as atividades, em conformidade com as indicações emanadas na Portaria n.º 644-A/2015 (2ª Série) do Ministro da Educação e Ciência, publicado em Diário da República n.º 164 – II Série, de 24 de agosto de 2015 e de acordo com os perfis definidos conjuntamente pelo Município de Estarreja, Agrupamentos e Adjudicatário, deverá ser realizada através da apreciação de *Curriculum Vitae*, sendo obrigatória entrevista eliminatória com júri cuja composição incluirá representante da Autarquia, de cada Agrupamento e do Adjudicatário.

5.4.1.2 O número de professores a afetar à prestação de serviços deverá obedecer a pressupostos de otimização que contemplem a distribuição dos tempos de lecionação e a proximidade entre estabelecimentos de ensino de modo a evitar tempos de espera dos alunos.

5.4.2 Assiduidade e substituição do professor

5.4.2.1 Em caso de falta ou impedimento pontual do professor, o adjudicatário deverá assegurar a substituição, por outro da mesma atividade, de modo a garantir o normal funcionamento das atividades dos alunos nos horários estabelecidos.

5.4.2.2 O adjudicatário fica obrigado, a comunicar por escrito ao Município de Estarreja e Agrupamentos de Escolas, a realização de qualquer substituição, dando nota do nome e área referente aos professores (substituído e substituto), bem como os dias concretos a que a substituição diz respeito.

5.4.2.3 O adjudicatário fica obrigado, a remeter para a Divisão de Educação e Desenvolvimento Social, até ao dia 8 (oito) do mês seguinte ao mês da lecionação, um mapa mensal de assiduidade relativo a cada professor CAF-A e CAF-PH.

5.4.2.4 Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do professor/ monitor, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.

5.4.2.5 Na situação referida no ponto anterior, o adjudicatário fica obrigado a informar de imediato e por escrito, o Município de Estarreja e a Direção dos Agrupamentos de Escolas, bem como a proceder à entrega do respetivo *Currículo Vitae* e Certificado de Habilitações do Professor.

5.4.3 Participação em reuniões

5.4.3.1 Os docentes afetos à Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH) deverão estar presentes em reuniões de departamento curricular e nas reuniões de avaliação e outras convocadas pela Direção dos Agrupamentos, assim como assegurar a articulação com o professor titular de turma.

5.4.3.2 Os docentes afetos à Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH) deverão estar presentes em todas as escolas no início do ano letivo, apresentando-se aos Encarregados de Educação, informando sobre os procedimentos internos para frequência nas atividades.

5.5 Formação, avaliação e monitorização das atividades

5.5.1 O adjudicatário é responsável pela qualidade das atividades.

5.5.2 O adjudicatário assegurará todos os meios indispensáveis à execução de um plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades, devendo indicar o mesmo na proposta.

5.5.3 O adjudicatário deverá realizar uma reunião, em cada período letivo, com todos os representantes dos Encarregados de Educação, Associações de Pais e Encarregados de Educação, e noutros momentos sempre que justificável e em articulação com o Município de Estarreja, com a Direção dos Agrupamentos de Escolas e com as escolas.

5.5.4 O adjudicatário fica responsável remeter, para a Divisão de Educação e Desenvolvimento Social, um Mapa Mensal de Assiduidade dos alunos (por turma), até ao dia 8 (oito) do mês seguinte ao mês de lecionação.

5.5.5 O prestador de serviço será responsável e assegurará todos os necessários meios tendo em vista a execução de um Plano de Formação Contínua e acompanhamento ao longo do ano letivo, devendo o concorrente apresentar documento de planeamento com as formações e reuniões realizadas.

5.6 Materiais Pedagógicos e Didáticos a fornecer pelo adjudicatário

5.6.1 É da responsabilidade do adjudicatário disponibilizar aos alunos e docentes todo o tipo de manuais, documentos e materiais que sirvam de suporte ao desenvolvimento das ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC):

5.6.1.1 O concorrente, na sua proposta, deverá apresentar ao Município de Estarreja os seguintes materiais/ documentos de apoio para a atividade do **EXPRESSÃO DRAMÁTICA:**

- a) Planificação Anual de atividades por ano letivo;
- b) Dossier de arquivo para portefólio do aluno;
- c) Caderno de atividades elaborado para o aluno e professor, a cores, por ano letivo, sendo obrigatória a sua existência em formato papel e em formato digital interativo, de carácter modular e que permita o desenvolvimento de portefólio do aluno. O formato digital deve permitir o seu acesso online através de registo por parte dos alunos, professores e encarregados de educação;
- d) Guia de orientação para o professor com descrição detalhada das atividades a dinamizar no Caderno de Atividades;
- e) O adjudicatário responsabiliza-se por apetrechar cada escola com um kit mínimo de material adequado ao desenvolvimento desta atividade, em cada estabelecimento de ensino;
- f) Outros documentos relevantes.

5.6.1.2 O concorrente, na sua proposta, deverá apresentar ao Município de Estarreja os seguintes materiais/ documentos de apoio para a atividade de **ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA:**

- a) Planificação Anual de Atividades por ano letivo;
- b) Guia de orientações para o professor;

- c) Outros materiais didáticos de ensino para o aluno e professor;
- d) O adjudicatário responsabiliza-se por apetrechar cada escola com um kit mínimo de material adequado ao desenvolvimento desta atividade;
- e) Outros documentos relevantes.

5.6.1.3 O concorrente, na sua proposta, deverá apresentar ao Município de Estarreja os seguintes materiais/ documentos de apoio para a atividade do **ENSINO DA MÚSICA:**

- a) Planificação Anual de atividades por ano letivo;
- b) Dossier de arquivo para portefólio do aluno;
- c) Caderno de atividades elaborado para o aluno e professor, a cores, por ano letivo, sendo obrigatória a sua existência em formato papel e em formato digital interativo, de carácter modular e que permita o desenvolvimento de portefólio do aluno. O formato digital deve permitir o seu acesso online através de registo por parte dos alunos, professores e encarregados de educação;
- d) Guia de orientação para o professor com descrição detalhada das atividades a dinamizar no Caderno de Atividades;
- e) O adjudicatário responsabiliza-se por apetrechar cada escola com um kit mínimo de material adequado ao desenvolvimento desta atividade, em cada estabelecimento de ensino;
- f) Outros documentos relevantes.

5.6.1.4 O concorrente, na sua proposta, deverá apresentar ao Município de Estarreja os seguintes materiais/ documentos de apoio para a atividade de **YOGA:**

- f) Planificação Anual de Atividades por ano letivo;
- g) Guia de orientações para o professor;
- h) Outros materiais didáticos de ensino para o aluno e professor;
- i) O adjudicatário responsabiliza-se por apetrechar cada escola com um kit mínimo de material adequado ao desenvolvimento desta atividade;
- j) Outros documentos relevantes.

5.6.1.5 O concorrente, na sua proposta, deverá apresentar ao Município de Estarreja os seguintes materiais/ documentos de apoio para a atividade do **ENSINO DO XADREZ:**

- a) Planificação Anual de atividades por ano letivo;
- b) Dossier de arquivo para portefólio do aluno;
- c) Caderno de atividades elaborado para o aluno e professor, a cores, por ano letivo, sendo obrigatória a sua existência em formato papel e em formato digital interativo, de carácter modular e que permita o desenvolvimento de portefólio do aluno. O formato digital deve permitir o seu acesso *online* através de registo por parte dos alunos, professores e encarregados de educação;
- d) Guia de orientação para o professor com descrição detalhada das atividades a dinamizar no Caderno de Atividades;

- e) O adjudicatário responsabiliza-se por apetrechar cada escola com um kit mínimo de material adequado ao desenvolvimento desta atividade, em cada estabelecimento de ensino;
- f) Outros documentos relevantes.

5.6.1.6 O concorrente, na sua proposta deverá apresentar ao Município de Estarreja os seguintes materiais/documentos de apoio para a dinamização das **ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC), COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - ACOLHIMENTO (CAF-A) e COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – PROLONGAMENTO DE HORÁRIO (CAF-PH):**

- a) Planificação Anual de Atividades por ano letivo;
- b) Caderno ou Fichas de Atividades para o aluno e professor;
- c) Guia de orientações para o professor;
- d) Outros materiais didáticos de ensino para o aluno e professor;
- e) Plano de Formação detalhado dirigido aos professores de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular;
- f) O adjudicatário responsabiliza-se por apetrechar cada escola com um kit mínimo de ensino, de material adequado ao desenvolvimento de cada atividade;
- g) Na proposta a apresentar o candidato tem que apresentar os kits que entregará a cada professor para o desenvolvimento das atividades de Expressão Dramática, Ensino da Música, Xadrez e Atividade Física e Desportiva, por ano de escolaridade.

5.6.2 O adjudicatário poderá recorrer aos materiais didáticos existentes no estabelecimento de ensino, sempre que o solicitar atempadamente.

5.6.3 Todos os materiais pedagógicos deverão ser assegurados pelo adjudicatário.

5.6.4 O adjudicatário será, igualmente responsável pela disponibilização de Conteúdos e Recursos didáticos aos professores responsáveis pela dinamização de atividades na Componente de Apoio à Família Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), nomeadamente:

- a) Disponibilização dos recursos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades propostas;
- b) Articulação com o Município de Estarreja e Agrupamentos de Escolas sobre utilização de recursos, pessoal e infraestruturas com vista ao desenvolvimento das atividades.

5.6.5 O adjudicatário fica responsável pela correta utilização e conservação de todo o equipamento que para o efeito lhe seja cedido pelo Município de Estarreja, ou pelos estabelecimentos de ensino, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, sendo também da sua responsabilidade os custos inerentes à utilização negligente de todo o equipamento posto à sua disposição, incluindo os danos a terceiros.

5.6.6 O adjudicatário deverá cooperar com o Município de Estarreja na organização das atividades **Inauguração das Iluminações de Natal, Trupes de Reis, Torneio Municipal de Xadrez e Concurso ESTalento**. Estas atividades pretendem alargar a ação das Atividades de Enriquecimento Curricular à comunidade, envolvendo todos os intervenientes: alunos, professores, encarregados de educação e elementos da comunidade.

5.6.7 O concorrente, na sua proposta, deverá apresentar ao Município de Estarreja o plano de atividades para a dinamização das atividades Inauguração das Luzes de Natal, Trupes de Reis, Torneio Municipal de Xadrez e Concurso ESTalento, com as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico que frequentam as Atividades de Enriquecimento Curricular, com as seguintes especificações:

❖ **Inauguração das Iluminações de Natal:**

- Cronograma de Reuniões de Coordenação/ Organização;
- Especificação do Plano de ensaios para os 6 estabelecimentos de ensino;
- Apresentação da(s) música(s) para os 6 estabelecimentos de ensino;
- Oferta de Capa Coral de Natal a todos os participantes (alunos e professores) e entrega de maquete da capa a fornecer pela entidade adjudicatária (imagem, tipo de material);
- Oferta de lanche a todos os participantes;
- Outras indicações relevantes.

❖ **Trupes de Reis:**

- Cronograma de Reuniões de Coordenação/ Organização;
- Especificação do Plano de ensaios para os 6 estabelecimentos de ensino;
- Apresentação da(s) música(s) para os 6 estabelecimentos de ensino;
- Oferta de lanche a todos os participantes;
- Outras indicações relevantes.

❖ **Torneio Municipal de Xadrez:**

- Cronograma de Reuniões de Coordenação/ Organização;
- Oferta de Troféus aos vencedores e medalhas e lanche a todos os participantes;
- Outras indicações relevantes.

❖ **Concurso ESTalento:**

- Cronograma de Reuniões de Coordenação/ Organização;
- Cronograma da(s) fase(s) de apuramento para os 6 estabelecimentos de ensino;
- Especificação do Plano de Ensaios para a preparação dos alunos para a Gala Final;
- Cronograma de Ensaios para a Gala Final;
- Oferta de lanche a todos os participantes;
- Outras indicações relevantes.

5.7 Coordenação/Orientações Programáticas e Supervisão Pedagógica

5.7.1 O concorrente deverá apresentar uma Comissão Científica Interna responsável pela certificação da qualidade pedagógica e científica dos Conteúdos e Recursos, composta por, pelo menos, um coordenador de cada área científica, devendo, pelo menos, dois elementos ter experiência efetiva no Ensino não inferior a 5 anos. O concorrente deverá entregar o Certificado e Habilitações e *Curriculum Vitae* de cada elemento da Comissão Científica Interna.

5.7.2 O concorrente deverá assegurar a coordenação e acompanhamento das atividades por professores das respetivas áreas científicas, num modelo de Coordenações Pedagógicas e Científicas para todas as áreas a serem desenvolvidas nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). O concorrente deverá entregar o Certificado e Habilitações e *Curriculum Vitae* de cada elemento responsável pela Coordenação Pedagógica e Científica.

5.7.3 A execução do programa deverá ser acompanhada por uma coordenação direta por parte do adjudicatário que deverá garantir:

- a) Enquadramento do Plano de Estudos que compõe a proposta no Projeto Educativo do Agrupamento e no Plano de Atividades dos estabelecimentos de ensino;
- b) Acompanhamento da Execução do Programa através da participação no processo de avaliação, monitorizando não só a assiduidade (alunos e professores) mas também a qualidade;
- c) Tem que existir um coordenador por área de atividade que deverá ser identificado na proposta.

5.7.4 As atividades de Enriquecimento Curricular devem ir ao encontro do Projeto Educativo de Agrupamento e fazer parte integrante do Plano de Atividades dos estabelecimentos de ensino.

5.7.5 A supervisão pedagógica e acompanhamento da execução no decorrer da atividade é da responsabilidade do Agrupamento de Escolas/ Escola/ Professor Titular de turma, sendo que o Município de Estarreja acompanhará todo este procedimento.

5.7.6 Este programa está subordinado às regras estabelecidas pelos Agrupamentos de Escolas, através do Regulamento Interno e legislação em vigor. As questões disciplinares, sempre que não estejam previstas em Regulamento Interno, deverão ser resolvidas junto dos órgãos de gestão da escola, conforme indicação dos respetivos Diretores.

5.8 Gestão operacional da plataforma

5.8.1 Toda a gestão das atividades será efetuada através de uma Plataforma *online* de Gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), a fornecer pelo adjudicatário, com imagem adaptável ao Município de Estarreja e de acordo com as indicações que sejam dadas pela autarquia, nomeadamente cores, logótipo e outras. A Plataforma deverá estar a funcionar no primeiro dia de aulas do ano letivo 2025/2026.

5.8.2 O acesso à plataforma deve ser feito através do sítio do Município de Estarreja. O servidor em que reside a plataforma é da responsabilidade do adjudicatário, bem como as licenças de *software*, a segurança dos dados e o acesso à internet.

5.8.3 Os dados inseridos na plataforma têm de ficar acessíveis ao Município de Estarreja durante um período de 5 (cinco) anos após conclusão do Contrato, em servidor do adjudicatário.

Modelo da plataforma:

Plataforma *web-based*, deve encontrar-se adaptada a multiutilizadores, sendo composta por diferentes Grupos e Módulos com as seguintes características e especificações mínimas:

- ⇒ A Plataforma deve ter integração com a Plataforma de Educação do Município de Estarreja, de forma a ultrapassar a necessidade de registo de alunos e professores do 1.º ciclo, bem como possibilitar o histórico e gestão integrada dos restantes serviços do Município para os alunos e Encarregados de Educação 1.º Ciclo.
- ⇒ A partilha de recursos entre os diferentes atores do sistema com:
 - Inserção de documentos: pdf., doc., áudio, vídeo e flash;
 - Partilha dos documentos por grupos de utilizadores;
 - Listagens de documentos no sistema.
- ⇒ A gestão de alunos e turmas designadamente através de:
 - Criação de turmas ou grupos de alunos;
 - Pesquisa de alunos;
 - Indexação de professores aos grupos.
 - Registo de professores AEC por disciplina e escola.
 - Registo da assiduidade dos alunos e dos professores AEC nas diferentes atividades.
 - Registo dos sumários das diferentes aulas dadas.
 - Inserção e alteração dos dados dos utilizadores (NIF, BI, Curriculum...)
 - A divulgação de informação genérica ou específica para um ou mais utilizadores.
- ⇒ A Geração de indicadores sobre a utilização da plataforma, designadamente:
 - Número de alunos por turma e ano de escolaridade;
 - Número de aulas dadas por cada docente;
 - Tabelas para envio ao Ministério da Educação;
 - Declarações de tempo de serviço.

Perfis de Atores da Plataforma, respetivas atribuições e funcionalidades.

A plataforma de gestão das AEC, CAF-A e CAF-PH terá os seguintes atores:

- ⇒ **Vereador do Município** - Este perfil deverá ter funções de gestão e de visualização do trabalho feito pelos outros atores do sistema;
- ⇒ **Direção Escolar – Agrupamentos ou Município** - Este perfil deverá ter possibilidade de gerir o sistema, podendo designadamente:
 - Criar turmas;
 - Gerir alunos;

- Inserir ou remover outros utilizadores;
 - Analisar e retirar indicadores de utilização e atividade
- ⇒ **Entidade Executora** – a entidade adjudicatária;
- ⇒ **Professor Coordenador** – este perfil deverá ter a possibilidade de visualizar a atividade dos utilizadores da escola que coordena;
- ⇒ **Professores Titulares** - este perfil deverá ter a possibilidade de visualizar as atividades e os utilizadores da turma do docente;
- ⇒ **Professores Atividades de Enriquecimento Curricular, Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH)** - este perfil deverá ter a possibilidade de visualizar os registos e atividades dos utilizadores da sua turma e efetua as seguintes operações:
- Registo de sumários
 - Registo de assiduidade
 - Inserção de toda a informação sobre o seu utilizador (BI/CC, NIF, Curriculum...)
- ⇒ **Alunos** – este perfil pode aceder aos materiais disponibilizados pelo seu professor ou pelos atores do sistema, sendo-lhe permitido, nomeadamente:
- Aceder aos recursos disponibilizados pelo Professor;
 - Visualizar a divulgação informativa;
 - Fazer o seu e-portfólio.
- ⇒ **Encarregados de Educação** – este perfil deverá poder visualizar a atividade do aluno que lhe estiver vinculado.

A Plataforma deverá ainda permitir:

- ⇒ A Comunicação entre os seus utilizadores, nomeadamente Professores das AEC, Escolas, Agrupamentos, Câmara, Encarregados de Educação e Alunos;
- ⇒ A aplicação de inquéritos aos utilizadores do sistema e à avaliação dos alunos;
- ⇒ A consulta dos dados e criação de relatórios para apoio a decisões e à avaliação da implementação e desenvolvimento das AEC.
- ⇒ Preenchimento dos registos de avaliação de final de período dos alunos na Plataforma;
- ⇒ Possibilidade de visualização da informação dos registos de avaliação por todos os professores das AEC e professores titulares;
- ⇒ Geração de mapa de indicadores estatísticos dos registos das avaliações integrando todas as disciplinas;
- ⇒ Geração e consulta de mapas por turma com registo integrado das aulas dadas em todas as disciplinas e registo da assiduidade dos alunos a cada disciplina;

- ⇒ Geração de mapas por turma com registo dos sumários que possibilitem uma consulta por ordem cronológica e por disciplina;
- ⇒ Geração e consulta de número de aulas dadas por disciplina, por escola e por turma;
- ⇒ Sistema de acompanhamento e controlo do preenchimento de sumários com alerta/aviso para falta de sumários;
- ⇒ Consulta do registo de assiduidade individual do aluno para todas as disciplinas em mapa conjunto;
- ⇒ Geração e consulta de registo de ocorrências nas atividades;
- ⇒ Gestão e consulta de um calendário escolar;
- ⇒ Gestão de feriados, reuniões e eventos;
- ⇒ Consulta de aulas por semana, mês e total;
- ⇒ Seleção de períodos específicos para consulta de dados;
- ⇒ Definição de período de partilha das mensagens e documentos partilhados;
- ⇒ Marcação de faltas aos professores das AEC;
- ⇒ Justificação de faltas aos professores das AEC;
- ⇒ Pesquisa avançada de todos os utilizadores em sistema;
- ⇒ Mediateca acessível aos utilizadores;
- ⇒ Histórico dos inquéritos realizados ao longo do ano letivo;
- ⇒ Sistema de acompanhamento e controlo do preenchimento de assiduidades com alerta para a falta de registos;
- ⇒ Inserção conjunta de sumário e assiduidade;
- ⇒ Inserção conjunta de observações e ocorrências no registo de aula.

5.8.4 Os professores ao serviço do adjudicatário deverão registar o sumário e a assiduidade dos alunos no início de cada atividade no “livro de ponto digital” inserido na Plataforma *online*.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

ANEXO A – Identificação das Escolas 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Estarreja

Escolas	Morada	Concelho	Observações
Escola Básica Padre Donaciano de Abreu Freire	Rua da Arrotrinha, nº 14 3860-206 Estarreja	ESTARREJA	
Escola Básica Visconde de Salreu	Rua Allison Campos da Silva, 3865-248 Salreu		
Escola Básica das Cabeças	Rua do Cruzeiro nº 63 3860-633 Veios		
Escola Básica do Pinheiro	Rua Miguel Valente Almeida 3860-643 Veios		
Escola Básica Prof. Dr. Egas Moniz	Rua Associação Artística de Avanca, nº 1 3860-127 Avanca		
Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Pardilhó	Rua Padre Garrido 3860-688 Pardilhó		

ANEXO B - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

[a que se refere o número 2.2 da Parte I - Cláusula Gerais este Caderno de Encargos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar a prestação de serviços ... (referencia do procedimento ... e objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo de 10 dias, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual **ou** cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações ou a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea f) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

.. (local),... (data),... [assinatura].__